

CGTP - IN
CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO
5376
Nº
92.6.18



ALAVANCA

MENSÁRIO
DA
CGTP-IN

Novembro de 1990
2ª Série — N.º 4
R. Victor Cordeiro, 1 — 3.º
1094 Lisboa Codex
40500



Direito do Trabalho que futuro?

O Gabinete de Estudos da CGTP-IN realiza a 12 e 13 de Novembro no Instituto Franco-Português um conjunto de conferências genericamente intituladas «Direito do trabalho — que futuro?» e em que participam os melhores especialistas nacionais e estrangeiros.

Os temas das conferências serão: a efectividade do direito do trabalho, conflitos colectivos de trabalho, liberdades públicas, os direitos de participação e o papel da CEE na evolução do direito social e do trabalho.

Sindicalizar É preciso

A campanha nacional de sindicalização inverteu a tendência de dessindicalização. Quem o diz é Américo Nunes da Comissão Executiva da CGTP-IN que acrescentou ser imprescindível prosseguir com a dinâmica criada.

O saldo global de entradas e saídas regista cerca de 24 900 novas sindicalizações. É obra que exige que punhamos «mãos-à-obra».

Pág. 3

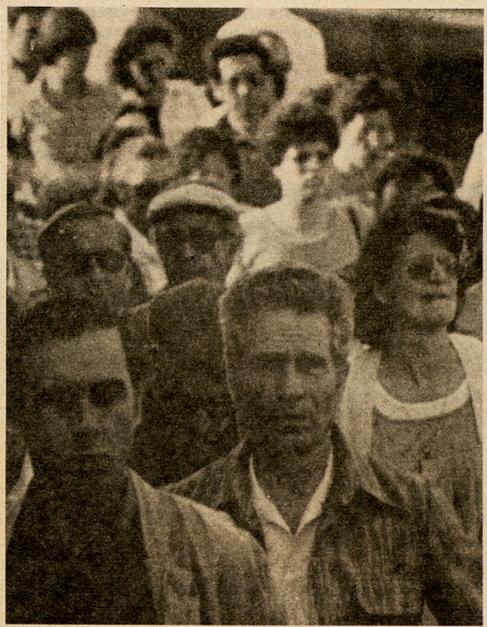
O dia D dos reformados

A 10 de Novembro realiza-se a primeira Conferência dos Reformados, que não têm dúvidas, só «a certeza de viver melhor».

Adivinha-se uma maior capacidade reivindicativa. A Intereformados veio para ficar.

A dinâmica já está criada.

Pág. 7



Plenário considera É necessário agir

JÁ!

Na actual situação e nestas condições o Conselho Nacional da CGTP-IN considerou não dever assinar o Acordo Económico-Social para 1991.

Em plenário realizado a 23 de Outubro, a CGTP-IN decidiu potencializar o conteúdo positivo do Acordo e combater tudo o que for negativo, por forma a acelerar a melhoria da situação dos trabalhadores, assumindo simultaneamente e com força as propostas reivindicativas da CGTP-IN.

EDITORIAL

Com ponderação mas agir

Seja na negociação agora terminada do Acordo Económico e Social, seja na negociação sectorial ou de empresa, é sempre verificável que a posição negociada dos trabalhadores e dos seus sindicatos será tanto mais reforçada e respeitada quanto maior for a sua capacidade de mobilização e de luta.

Negociar e chegar, ou não, a acordo com o patronato e/ou com o Governo não é uma traição aos princípios de classe.

O que determinará, sempre e em última análise, o respeito pelos princípios de classe dos trabalhadores é o conteúdo das matérias acordadas, ou seja, se num determinado acordo foram ou não defendidos os reais interesses dos trabalhadores.

Há, pois, que ter consciência que negociar, dialogar, contratar e lutar são questões que estão interligadas, seja qual for o nível da estrutura em que se colocuem.

Quer isto dizer que é precisamente em alturas em que estão em cima da mesa, para discussão, matérias importantes para os trabalhadores que estes devem estar mais mobilizados e mais empenhados.

Mais do que ficarmos presos à apreciação do Acordo e dos seus subscritores torna-se necessário agir no sentido, por um lado, de potenciar o que de positivo o Acordo inscreve, combater o que de negativo contém, encarando-o assim de forma dinâmica e não estática e, por outro, dinamizar as reivindicações da CGTP-IN.

É bom que todos, dirigentes e activistas, assumam uma posição dinâmica, onde não haja lugar à cristalização de posições e onde a unidade se faça na diversidade e na multiplicidade de opiniões.

O que está colocado perante os trabalhadores e perante o Movimento Sindical é muito complexo e exige, por isso, uma análise serena e equilibrada.

Devemos, porém, ter consciência que os graves problemas com que os trabalhadores se debatem necessitam de respostas imediatas.

A hora é, pois, de ponderada reflexão.

Mas é também hora de acção, no terreno e nos locais de trabalho.

Não tenhamos dúvidas: os trabalhadores saberão encontrar as respostas adequadas.

Págs. Centrais

Manuel Lopes

LEGISLAÇÃO

Lei 56/90, 5.9
— altera o regime das incompatibilidades de cargos políticos e altos cargos públicos (Lei 9/90 de 1.3).
Portaria 84/A/90, 15.9
— altera normas de inscrição no Registo Nacional de Associações Juvenis (RNAJ).

Portaria 799/90, 6.9
— estabelece as normas para a obtenção da carreira profissional para o exercício das profissões de cabeleireiro, manicureira, pedicuro/a, calista, esteticista, massagista de estética e afim.
Despacho Normativo 99/90, 6.9
— estabelece normas sobre a regulamentação da concessão dos subsídios de compensação de adaptação de postos de trabalho e eliminação das barreiras arquitetónicas, de acolhimento personalizado, subsídios e empréstimos para instalação por conta própria e da atribuição de prémios de integração.

Decreto do Presidente da República 49/90, 12.9
— ratifica a Convenção sobre os Direitos da criança 1990 (aprovada para ratificação pela Resolução AR 20/90, 12.8).

Decreto Lei 282/90, 13.9
— transforma o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, EP, em sociedade de anónima de capitais públicos.

Decreto Lei 287/90, 19.9
— altera o regime de protecção na doença aos beneficiários do regime geral da SS dos trabalhadores por conta doutrin (DL 132/88, 20.4).

Portaria 917/90, 28.9
— estabelece a forma de determinar a remuneração média que serve de base ao cálculo das pensões de invalidez, de velhice ou de sobrevivência, bem como de subsídio por morte, quando estão em causa regimes salariais anteriores a 1971.

Despacho 58/SESS/90, DR. 21, 29.90
— reconhece o direito a uma pensão mensal de 35 000\$00, c/13.º e 14.º mes, atribuída a partir dos 65 anos de idade, aos despendentes oficiais admitidos antes 1.1.74 na extinta Caixa de Previdência dos Despendentes Oficiais, quer se tenham reformado quer se mantenham no activo.

Despacho JESS, DK 27, 22.9.90, p. 9451
— determina a criação de um prémio de mérito a homenagear as entidades que em cada ano se hajam distinguido na contratação de pessoas deficientes.

Decreto Lei 292/90, 21.9
— altera o regime de crédito jovem bonificado estabelecido no regime de crédito a habitação própria.

Decreto Lei 298/90, 24.9
— modifica o regime jurídico das contas de emigrantes em moeda estrangeira.

Portaria 899/90, 25.9
— actualiza os valores das mensalidades dos estabelecimentos de educação especial tutelados pelo Ministério da Educação, para efeitos de atribuição do subsídio de educação especial no âmbito da Segurança Social.

Portaria 912/90, 28.9
— actualiza os valores estabelecidos na Portaria 657/88, 29. Setembro, a utilizar na determinação do montante das compensações familiares para o cálculo do subsídio de educação especial no âmbito das prestações familiares e deficientes.

Decreto Lei 311/90, 1.10
— proroga a vigência das bases de incidência contributiva do regime de segurança social dos trabalhadores independentes.

Mulheres

Prémios contra a lei

As condições de atribuição de prémios, pelas empresas, tem crescentemente discriminado as mulheres, numa clara violação da lei.

Vários casos foram já a tribunal, que os considerou ilegais. É necessário agora uma acção mais vasta contra esta discriminação.

A discriminação das mulheres através da atribuição dos prémios pelas empresas é uma prática que se tem vindo a intensificar.

Procurando dar resposta a esta situação a Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IN inscreveu no seu plano de actividades para 1990 a realização de uma campanha nacional contra

os prémios que penalizam as faltas dadas por motivo de consultas pré-natais, licença de maternidade, amamentação/aleitação e assistência aos filhos. A verdade porém é que a adesão dos

sindicatos a esta iniciativa tem sido deficiente. A razão desta falta de adesão está, porventura, no entendimento generalizado (ainda que incorrecto) de que como as empresas instituem os prémios por sua livre iniciativa podem estabelecer as condições que entenderem para a sua atribuição. Isto não é verdade.

As condições de atribuição dos prémios — sejam eles concedidos pela contratação colectiva, seja por livre vontade das empresas — não podem violar a Lei.

Ora, quando uma empresa impõe condições para a obtenção do prémio, que conduzem a uma discriminação das trabalhadoras está a violar o princípio da igualdade de tratamento entre mulheres e homens, garantido constitucional e legalmente.

A este propósito lembra-se que a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), já em 1983, se pronunciou sobre uma queixa apresentada pela CGTP-IN relativa à empresa COTESI e CORFI por causa de um prémio de assiduidade anual.

Nas suas conclusões a CITE diz expressamente que «A entidade patronal não pode fazer reflectir na atribuição ou no montante

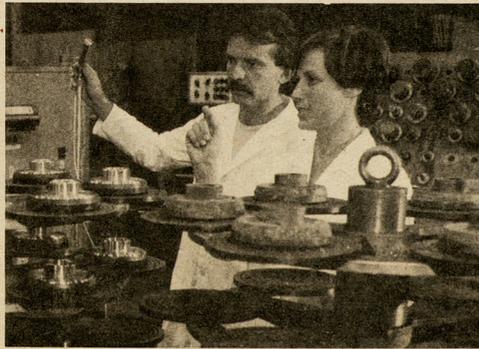
do prémio de assiduidade as faltas dadas pelas trabalhadoras por ocasião do parto, correspondentes ao período de licença de maternidade (90 dias), nem as passas que estas têm o direito de fazer, no seu trabalho diário, para aleitação dos filhos» (BTE, 2.ª Série, n.º 10-11-12/83).

Lembra-se, aqui, que o n.º 3 do artigo 68.º da Constituição da República dispõe que «... 3. As mulheres trabalhadoras têm direito a especial protecção durante a gravidez e após o parto, incluindo a dispensa do trabalho por período adequado, sem perda da retribuição ou de quaisquer regalias».

Por outro lado, o Tribunal do Trabalho de Lisboa, por sentença de 3 de Julho de 1990, considerou ilegal a atribuição por uma empresa de um subsídio de almoço de Esc. 450\$00 para os homens e de Esc. 150\$00 para as mulheres por se tratar de uma discriminação em função do sexo.

Estes exemplos podem e devem ser mobilizados de uma acção mais vasta do movimento sindical contra os prémios que são discriminatórios, nomeadamente, em relação às mulheres.

Dr. A. Vale



Inserção dos jovens na vida activa

Interjovem consegue compromisso para revisão da lei

A INTERJOVEM propôs a revisão da Lei do Subsídio de Inserção dos Jovens na Vida Activa e conseguiu. Tratou-se de uma vitória, embora nem todas as propostas por si apresentadas tenha sido aceites.

A INTERJOVEM propôs a discussão do funcionamento e composição do Conselho Consultivo da Juventude e conseguiu. Até agora trata-se de uma vitória em toda a linha.

Os jovens trabalhadores não páram.

O Conselho Consultivo da Juventude aprovou no mês de Setembro um parecer sobre a revisão da Lei do Subsídio de Inserção dos Jovens na Vida Activa.

A decisão tomou como base uma proposta da INTERJOVEM e as alterações aprovadas consistem em eliminar a exigência de inscrição no Centro de Emprego com a antecedência de 6 meses para o jovem se poder

candidatear ao subsídio, a redução do tempo de 360 para 180 dias para nova concessão e a elevação do rendimento familiar per capita de 60 para 70 por cento do Salário Mínimo Nacional (SMN).

Não obtiveram a aprovação do Conselho o subsídio da idade de acesso ao estágio de 18 para 14 anos, a elevação do rendimento familiar per capita de 60 para 80 por cento do SMN e a eliminação da obrigatoriedade de possuir o nono ano de escolaridade ou um curso de formação profissional para ter direito ao subsídio. Estas propostas eram consideradas fundamentais pela INTERJOVEM, que considera que, para estes resultados, «foi determinante o voto dos representantes dos diversos ministérios, o que prova a excessiva governamentalização de um órgão que se diz Conselho Consultivo da Juventude».

Acção do CCJ

Ainda por proposta da estrutura juvenil da CGTP-IN, o CCJ está em pleno período de discussão do seu funcionamento e composição.

A INTERJOVEM defende genericamente que o CCJ é um órgão consultivo e não de concertação e assim sendo deve ser ouvido sobre todas as questões de política de juventude.

Na opinião daquela es-

trutura, o Governo deve estar representado apenas pelo responsável pela área da juventude, o que representa a saída dos sete representantes dos diversos ministérios e dos dois representantes dos governos das regiões autónomas.

Por outro lado, o Governo deve informar os restantes membros do Conselho sobre o seguimento dado aos pareceres por este emitidos.

As iniciativas

A 23 de Novembro em Lisboa realizou-se por iniciativa da INTERJOVEM, um Fórum subordinado ao tema «Mercado de Trabalho e Movimento Sindical».

O Fórum tem por objectivo analisar a situação dos jovens no mercado de trabalho, avaliar o papel dos sindicatos na perspectiva dos jovens e a participação destes na vida sindical.

Participam jovens dirigentes e delegados sindicais, técnicos em questões de emprego, sociólogos e psicólogos.

Para Dezembro está programada a realização do Plenário Nacional da INTERJOVEM.

Director: Manuel Lopes. Coordenador de Edição: Mário Rui Ferreira. Redacção: Gonçalves André, Hermínio Fernandes, João Cardoso. Fotografia: João Silva, Grafismo e Maquetagem: Rui Pereira e Rui Cardoso. Colaboraram nesta Edição: Maria da Luz Nogueira, Dr. Carlos Coimbra, Dra. Ana Vale, Olga Areosa.

ALAVANCA
FICHA TÉCNICA

Dra. Teresa Dias. Cartoons: Humberto Santana e Rui Cardoso. Montagem e Impressão: Heskia Portuguesa. Tiragem: 45 000. Propriedade: Edições 1 de Outubro. Redacção: Rua Vitor Gostão, n.º 1, 2.ª-1294 Lisboa Codex. Telef.: 37 21 81 - FAX: 37 21 89 - Telex: 13672.

Campanha Nacional de Sindicalização

Estamos a Crescer

— afirmou Américo Nunes em entrevista ao Alavanca

A propósito da Campanha Nacional de Sindicalização, que decorreu no âmbito das comemorações do 20.º Aniversário da CGTP-IN, o Alavanca falou com Américo Nunes da Comissão Executiva.

O Alavanca ouviu e registou: a campanha inverteu a tendência de desindustrialização; é preciso reforçar a organização sindical de base; a rotina e funcionamentos burocráticos não têm futuro; a dinâmica criada tem de continuar. Para que nos restem dúvidas, aqui fica a conversa.

ativizatos, a necessitarem de ser melhorados.

A. — O acto de sindicalização era, pelo menos antes da campanha, um acto administrativo e burocrático. A ideia era mudar esta situação ou não?

A.N. — A sindicalização administrativa não resulta, nem nunca resultará. O trabalhador tem de se sentir bem para se manter sindicalizado.

O sindicato é, em primeiro lugar, um instrumento de combate e de protecção dos trabalhadores. Se o sindicato é visto como um escritório, ou o dirigente

a sua natureza de organização de protecção e de luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho, com toda a sua acção em torno da contratação colectiva, da formação profissional, com a formação adequada sobre os direitos, com medidas para que esses direitos sejam exercidos, então não se reforça a sindicalização e corremos mesmo o risco de descaracterizar o nosso movimento sindical, perdendo a sua natureza de classe e de massas.

Mas neste aspecto, a nossa organização está consciente do trabalho que tem de desenvolver.

O que a campanha combateu foi, essencialmente, algumas rotinas e comportamentos administrativos. E aqui, creio que teve também uma influência positiva.

A. — Com o balanço efectuado é possível verificar tendências de sindicalização em sectores diferenciados como a indústria transformadora ou serviços?

A.N. — É possível, basta analisar os números do levantamento efectuado.

Bom, há alguma estabilidade no volume de mão-de-obra em sectores tradicionais da indústria e há dois ou três subsectores da área dos serviços que têm tendência para crescer.

Agora, há outros que, se crescem em volume de mão-de-obra, não crescem em volume de sindicalização. O comércio, escritórios e prestação de diversos serviços, por exemplo, têm crescido em número de trabalhadores, mas não têm crescido em número de trabalhadores organizados. Já o mesmo não se passa na administração pública em geral. Função Pública, professores, enfermeiros, médicos, trabalhadores ligados ao aparelho judiciário e administração local são sectores onde existe um crescimento significativo da sindicalização.

E na indústria transformadora e nalguns sectores da área dos serviços que se tem verificado a tal quebra de sindicalização.

Porquê?

A.N. — Há razões objectivas que são conhecidas e que estão ligadas ao aumento brutal da precariedade, à introdução de sistemas de incentivo para o trabalhador não estar sindicalizado, à divisão sindical, ao encerramento das grandes concentrações de trabalhadores e à dificuldade dos próprios sindicatos em responder

aos problemas no plano organizativo, com uma velocidade idêntica à das modificações. E mesmo assim, penso que tem havido respostas, talvez não tão velozes quanto o desejável, mas tem havido respostas. Mal de nós se isso não tem acontecido.

Repare que a desmultiplicação de locais de trabalho, por força do desaparecimento das grandes concentrações, obriga a uma desmultiplicação da organização. É nem sempre isso tem acontecido com a necessária rapidez.

Tudo isto são etapas, tal como as que houve no pas-

ideias neoliberais, pelo individualismo e pelo consumismo...

A.N. — Quanto a mim, os problemas que se colocam aos jovens trabalhadores são basicamente os mesmos que se colocam a todos os outros. Tem mais alguns que são inerentes à sua juventude e inserção no mercado de trabalho.

Portanto, penso que o que os sindicatos têm de fazer é resolver o problema dos jovens enquanto trabalhadores e enquanto jovens, e aqui dar relevo aos aspectos que se prendem com o lazer, as actividades cultu-

Trabalho temporário

A empresa britânica CUNLOGAN LIMITED-INTERNATIONAL EXPORT-TRADING, com sede em Newcastle e representação no nosso país, celebrou contratos de trabalho temporário com dezenas de trabalhadores especializados, soldadores de construção e reparação navais, de nacionalidade brasileira.

Os Estaleiros Navais da Figueira da Foz, SA e os Estaleiros Navais do Mondego, SA, sediados na Figueira da Foz, são as empresas utilizadoras do trabalho temporário.

Então assim, ser completamente desprezados todas as regras da contratação colectiva, usando outros trabalhadores a servir de uma desenfreada exploração.

Os sindicatos estão a desenvolver todas as providências para por cobro a situação, tendo os trabalhadores brasileiros denunciado um grande consciência de classe.

Escândalo

O Conselho de Administração do Primeiro de Janeiro enveredará pela chantagem ao declarar o não pagamento dos salários de Setembro se os trabalhadores não aceitarem o seu despedimento voluntário.

O Conselho de Administração lamentável, vem na sequência do processo de desmantelamento do património do antigo ministro português, um dos mais antigos do país.

Dossier têxtil

Uma delegação da CGTP-IN, composta por Manuel Freitas, da Comissão Executiva, e Dr. Francisco Madeiro, do Gabinete de Estudos, encontraram-se com o Vice-Presidente da Comissão das Comunidades Europeias, Frans Andriessen.

O encontro realizou-se no contexto das negociações Uruguay Round, que se encontram em fase final e teve por principal tema o dossier têxtil e do vestuário.

Sindicatos Tunisinos em Portugal

Visitou Portugal, a convite da CGTP-IN, uma delegação da União Geral dos Trabalhadores Tunisinos (UGTT) este no nosso país no final do mês de Outubro.

A análise dos problemas dos trabalhadores dos dois países, a questão da emigração, as relações Norte-Sul, a cooperação técnica sindical, bem como a análise da situação do movimento sindical internacional, foram entre outros, pontos da agenda de trabalhos das duas delegações sindicais.

A UGTT é uma central sindical filiada na CISL (Conselho Internacional dos Sindicatos Livres) e na CISA (Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes) detendo actualmente o posto de Secretário-Geral da União dos Sindicatos do Magrebe.



Alavanca — A campanha de sindicalização, que decorreu no âmbito das comemorações do 20.º aniversário, correspondeu ou não às expectativas?

Américo Nunes — Em grande parte correspondeu. Repare que despertou os sindicatos e os quadros sindicais para a importância da sindicalização e introduziu e aperfeiçoou métodos de trabalho qualificados e planificados, com metas estabelecidas, em função de prioridades.

Em termos quantitativos, os números atingidos aproximam-se daqueles que tivemos como referência inicial.

A. — A campanha trouxe para a primeira linha de preocupações a desindustrialização...

A.N. — É verdade, a campanha foi também um sinal de alarme para os activistas e organizações, relativamente a uma tendência de quebra na sindicalização. O que se passou, e isso é altamente positivo, foi a travagem nessa quebra de sindicalização.

A. — Está confiante em que essa travagem continue após a campanha?

A.N. — Na nossa perspectiva a campanha não terminou. Daí que tenhamos de continuar o trabalho. É que a campanha pretendiu ser também um impulso suplementar ao trabalho permanente de sindicalização. Ou seja, nós pretendemos que o ritmo ganho na sindicalização se mantenha e se intensifique. De resto, nós vamos manter os balanços trimestrais como forma de analisarmos melhor toda a situação e de forma regular.

A. — Há uma outra preocupação que é a organização sindical de base na empresa. Nesse aspecto, como é que estão as coisas?

A.N. — Esse é um aspecto que era também uma preocupação da campanha, só que não foi tão bem assumido como a questão da sindicalização. E, agora, uma matéria premente para nós é a solidariedade e a organização e reforçar a organização sindical.

A. — Quer isso dizer que em matéria de organização não se avançou significativamente.

A.N. — Eu acho que se avançou porque a questão da sindicalização e uma questão organizativa básica. Pela minha parte, estou confiante que a dinâmica introduzida pela campanha acabará por ter efeitos correlacionados e em cadeia com outros aspectos orga-

Campanha Nacional de Sindicalização	
Balanço Global	
Federações	Saldo Global Entradas/Saídas
Agricultura	+332
Aliment. Bebidas e Tab.	+100
Celulosa, Pap. Gráfica	+1215
Cerâmica, Cim. e Vidro	+408
Comércio, Esc. Serviços	-5007
Comunicações e Telecom.	+741
Construção, M.M. Pred.	+1835
Inds. Eléctricas	+768
Especialidades	+56
Ferrovários	+213
Função Pública	+2927
Hoteleira e Turismo	+3943
Mar	+105
Metallurgia, Metallm. Mn.	+3564
Pescas	+455
Química e Farmacéutica	-1165
Rodoviários	+428
Têxteis, Lan. Vestuário	+7672
Silva	+663
Stal	+3212
Enfermeiros Portugueses	+921
S.M.M.A.P. (Mar. Merc.)	+104
S. EFFAS	+912
S. Paramédicos	+32
S. Profess. G. LX (SPGL)	+600
S. Professores Via Real	+11
S. O. Técnicos Desenho	+57
S. Professores (Combra)	+113
Totais	+24 865
Total (só entradas)	+45 121

sindical é visto como um funcionário que leva o papel na mão e não desenvolve uma actividade relacionada com a melhoria dos salários, melhoria das condições de vida e não eviden-

Não deixes que façam de ti TAPETE



SINDICALIZA-TE!

sais e outros, que são mais sensíveis aos jovens.

Os sindicatos têm de estar abertos e compreender as suas apertências, qual a sua linguagem e demonstrar com a sua acção que a solidariedade é absolutamente necessária para o desenvolvimento dum sociedade mais justa.

A. — A sindicalização dos jovens, parece-me, é aquela que oferece maiores dificuldades, até porque são os mais atingidos pelas

Formação sindical

Realizou-se a 17 e 18 de Outubro o Encontro Nacional de Formação Sindical. O encontro fez o balanço colectivo da actividade desenvolvida, debateu a importância estratégica da F.S. na acção global das estruturas sindicais e analisou as medidas a tomar para a

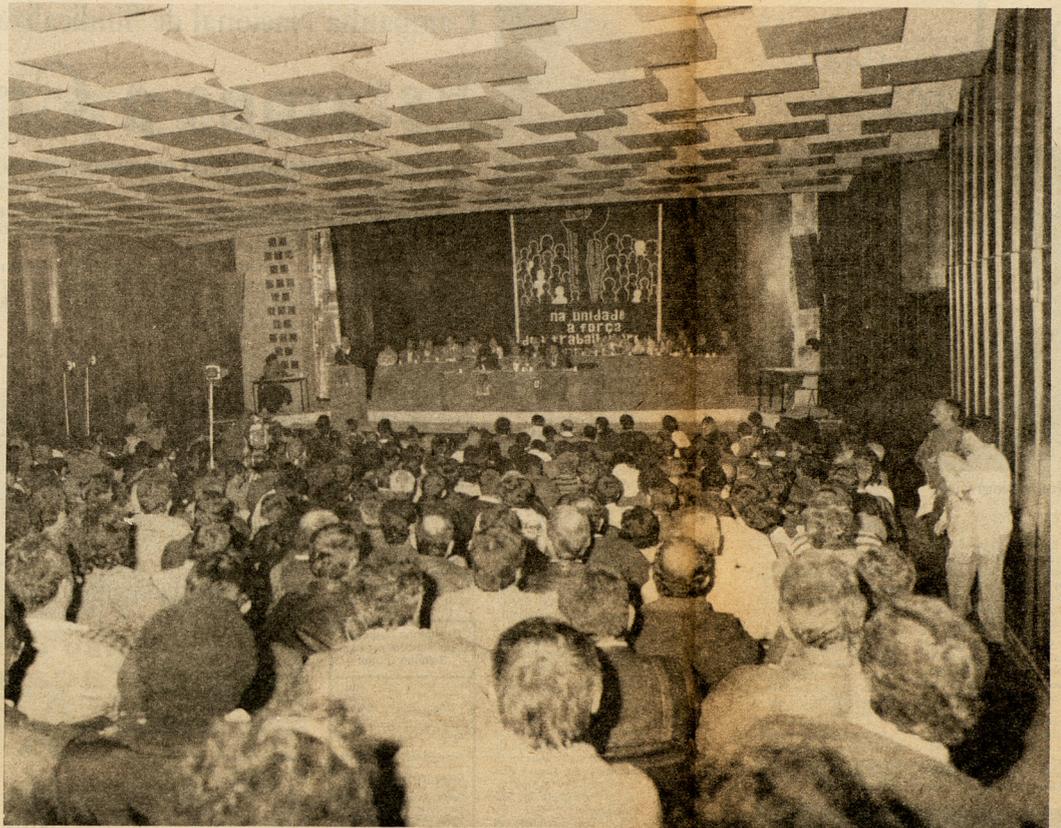
concretização das deliberações do VI Congresso da CGTP-IN.

O encontro, que reuniu monitores e responsáveis pela Formação Sindical, estabeleceu um plano de F.S. para o período de Outubro de 1990 a 9 de Janeiro de 1991.

«O quadro económico actual e as perspectivas futuras apresentadas pelo próprio Governo, quer na discussão do Acordo quer no Orçamento de Estado, permitem um crescimento mais rápido dos salários, a melhoria significativa da segurança social e a melhoria das condições de vida e de trabalho no quadro de uma política de desinflatão.

O momento exige grande acção.»

Este é um extracto da intervenção do coordenador da CGTP-IN assumida como resolução do plenário de 23 de Outubro. Pela sua importância, publicamos esse documento na íntegra.



Plenário decide

A hora é de acção

Os resultados da intervenção da CGTP-IN no processo de negociação do CPCS do Acordo Económico e Social mostram que valeu a pena empenharmos-nos, activa e responsabilmente, com uma posição construtiva, baseada na valorização das nossas propostas reivindicativas, tendo em vista a defesa dos interesses dos trabalhadores.

Confirmou-se que a intervenção da CGTP-IN nos órgãos e instâncias de Estado em que se exerce o direito de participação dos trabalhadores e, no caso presente, no CPCS, é um espaço de acção e de luta sindical que possibilita a obtenção de resultados positivos.

Também se confirmou que os resultados da negociação serão sempre tanto mais positivos quanto se dinamize a acção reivindicati-

ve e inequívoca da disposição de lutar pela sua satisfação.

Obtivemos resultados positivos, embora insuficientes, face às nossas rei-

De todo este processo concluímos também que foi justa e positiva a intervenção convergente da CGTP-IN com a UGT nas negociações, potencializando a unidade na acção, o que permitiu a apresentação de posições comuns à mesa das negociações, praticamente até à fase final.

va a nível dos locais de trabalho e nos sectores, fomentando uma correcta articulação entre as negociações e a demonstração

vindicações e à situação económica e financeira do país.

A CGTP-IN bateu-se com firmeza nas nego-

ciações e contribuiu tanto quanto lhe foi possível e, por vezes, até ao pormenor para dar conteúdo positivo aos resultados finais.

De todo este processo concluímos também que foi justa e positiva a intervenção convergente da CGTP-IN com a UGT nas negociações, potencializando a unidade na acção, o que permitiu a apresentação de posições comuns à mesa das negociações, praticamente até à fase final.

Teria sido desejável e muito importante para os trabalhadores que essa posição comum se tivesse mantido inalterável até ao fim do processo. Se assim fosse, poder-se-ia ter ido mais longe na defesa das posições sindicais.

E nossa convicção que era possível impedir o pa-

tronato e o Governo de inscreverem no Acordo matérias que podem conduzir ao facilitar dos despedimentos, a uma maior flexibilização

e do salário mínimo. E não é aceitável que se admita o valor de crescimento médio das tabelas salariais em 91 fixado em 13,5%.

Confirmou-se que a intervenção da CGTP-IN nos órgãos e instâncias de Estado em que se exerce o direito de participação dos trabalhadores e, no caso presente, no CPCS, é um espaço de acção e de luta sindical que possibilita a obtenção de resultados positivos.

das relações de trabalho contra os trabalhadores e era possível obter melhores resultados dos valores das pensões e prestações sociais

Por isso criticamos a posição assumida pela UGT nestas matérias, porque ela fragiliza a defesa dos direitos e interesses dos traba-

lhadores.

Tal facto não impede, contudo, a nossa firme posição de continuarmos disponíveis e a trabalhar no concreto para dinamizar a unidade na acção a todos os níveis das estruturas sindicais.

O que é positivo

A CGTP-IN considera que o Acordo contém matérias importantes para os trabalhadores, as quais correspondem no todo ou em parte, a reivindicações por ela apresentadas nas negociações, designadamente no que se refere aos aumentos das pensões (17,6% — 20 000\$00), prestações sociais (15%), ao salário mínimo (embora insuficiente — 40 100\$00), ao aumento do abono de

família para 2000\$00, à afirmação de que nenhum referencial pode ser considerado tecto salarial, à redução do tempo de traba-

Também se confirmou resultados da negociação tanto mais positivos quanto mais dinamize a acção reivindicativa dos locais de trabalho e fomentando uma correcta articulação entre as negociações e a inequívoca da disposição da sua satisfação

lho para 40 horas semanais, ao reforço do exercício de negociação, da informação e participação dos trabalhadores, à me-



acção

o. E não admira, o médio s em 91

da is de o de no paço e dos

os a po- UGT que ela os direi- s traba-

lhadores.

Tal facto não impede, contudo, a nossa firme posição de continuarmos disponíveis e a trabalhar no concreto para dinamizar a unidade na acção a todos os níveis das estruturas sindicais.

O que é positivo

A CGTP-IN considera que o Acordo contém matérias importantes para os trabalhadores, as quais correspondem no todo ou em parte, a reivindicações por ela apresentadas nas negociações, designadamente no que se refere aos aumentos das pensões (17,6% — 20 000\$00), prestações sociais (15%), ao salário mínimo (embora insuficiente — 40 100\$00), ao aumento do abono de

família para 2000\$00, à afirmação de que nenhum referencial pode ser considerado tecto salarial, à redução do tempo de traba-

Também se confirmou que os resultados da negociação serão sempre tanto mais positivos quanto se dinamiza a acção reivindicativa a nível dos locais de trabalho e nos sectores, fomentando uma correcta articulação entre as negociações e a demonstração inequívoca da disposição de lutar pela sua satisfação.

lho para 40 horas semanais, ao reforço do exercício de negociação, da informação e participação dos trabalhadores, à me-

lhora das normas sobre higiene, segurança e saúde no trabalho, ao direito à formação profissional, à regulamentação do trabalho ao domicílio e medidas de combate ao trabalho infantil, à melhoria da protecção social, ao exercício dos direitos dos trabalhadores, incluindo a elimina-

que trespassam o Acordo e apontam, aqui e ali, para a contenção salarial e para a flexibilização/desregulamentação do trabalho e que obrigam o Movimento Sindical a um estudo e análise mais profunda, por forma a sermos capazes de os contrariar.

Na actual situação e nes-

Desenvolvendo a unidade dos trabalhadores, mantendo a coesão da CGTP-IN, agindo com firmeza, reforçando a coordenação das lutas, obteremos vitórias importantes para os trabalhadores.

ção das discriminações existentes contra os dirigentes sindicais.

O que é negativo

Entretanto, questões fundamentais, de sinal negativo, condicionam a posição da CGTP-IN.

São elas:
1.º — Na parte referente à política de rendimentos,

tas condições o Conselho Nacional considera não dever assinar o Acordo.

Entretanto, nesta como noutras matérias, o Conselho Nacional tem sempre a responsabilidade de analisar e decidir, em função dos parâmetros definidos pelos órgãos superiores, tendo em conta as melhores opções para defender

O Conselho Nacional tem sempre a responsabilidade de analisar e decidir, em função dos parâmetros definidos pelos órgãos superiores, tendo em conta as melhores opções para defender os interesses dos trabalhadores e os interesses nacionais, em função dos momentos que se vivem. É essa responsabilidade e confiança que propomos que o Plenário reafirme ao Conselho Nacional.

os seus conteúdos, não obstante os referenciais para as tabelas salariais explicitamente não serem considerados tectos ou limites aos aumentos salariais, ficam aquém das reivindicações da CGTP-IN, gorando assim as justas expectativas geradas no seio dos trabalhadores.

E os mecanismos adoptados no Acordo não dão garantias seguras para se verificar o crescimento dos salários reais, demais num quadro de enorme insegurança da situação económica e financeira internacional.

2.º — A questão da inadaptação cuja constituição nacional é, no nosso entender, no mínimo duvidosa, apesar de reconhecermos que os mecanismos inscritos são limitativos da sua utilização abusiva.

3.º — Os mecanismos sobre a arbitragem obrigatória que podem tender

os interesses dos trabalhadores e os interesses nacionais, em função dos momentos que se vivem. E essa responsabilidade e confiança que propomos que o Plenário reafirme ao Conselho Nacional.

A CGTP-IN manifesta-se empenhada na concretização do espírito de diálogo e de negociação, a todos os níveis, que defendeu e ficou inscrito no Acordo.

Vamos potencializar o conteúdo positivo do Acordo e combater tudo o que for negativo, por forma a acelerar a melhoria da situação dos trabalhadores, assumindo simultaneamente e com força as propostas reivindicativas da CGTP-IN.

Intensificar a acção reivindicativa e a luta

Reafirmamos que o quadro económico actual e as perspectivas futuras apresentadas pelo próprio Governo, quer na discussão do Acordo quer no O.º 1/81, permitem um crescimento mais rápido dos salários, a melhoria significativa da segurança social e a melhoria das condições de vida e de trabalho no quadro de uma política de desinflação.

O momento exige grande acção.

Nestes termos, propomos que o Plenário decida:

1. Desenvolver uma ampla acção de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores no sentido de reforçar a sua capacidade de luta.

2. Intensificar a acção reivindicativa, a todos os níveis e em particular nas empresas, desenvolvendo a luta pela concretização das propostas reivindicativas da CGTP-IN.

3. Exigir do Governo e do patronato o cumprimento dos compromissos assumidos.

4. Exigir do Governo o cumprimento dos compromissos assumidos na negociação em relação às reivindicações dos trabalhadores da Administração Central e do sector dos transportes e não aceitar que nestes sectores sejam impostos valores salariais que ponham em causa o crescimento real dos salários.

5. Continuar a lutar pela satisfação das reivindicações salariais da CGTP-IN, na base dos referenciais já aprovados e também pela elevação, em 1991, dos valores do salário mínimo, pensões e outras prestações sociais.

6. Continuar a lutar pelas 40 horas como limite máximo do tempo semanal de trabalho com vista a que esta reivindicação seja conseguida no espaço de tempo mais curto possível.

7. Intensificar a intervenção da CGTP-IN e de todas as suas estruturas nas áreas da higiene e segurança no trabalho e formação profissional.

8. Desenvolver a participação da CGTP-IN nos processos de negociação, a todos os níveis, dando conteúdo à negociação com base nas matérias reivindicativas da CGTP-IN e, nomeadamente, a que se refere aos direitos dos trabalhadores.

9. Prestar a maior atenção à provável ofensiva que poderá ser desencadeada em torno da revisão da legislação laboral, no quadro da calendarização prevista no Acordo, não só em relação à questão da inadaptação mas também em relação às restantes matérias aí indicadas e que têm a ver com os direitos dos trabalhadores.

O plenário afirma, inequivocamente, que perante essa ofensiva, a CGTP-IN mobilizará os trabalhadores e desencadeará as acções de luta que se mostrem necessárias para defender os direitos dos trabalhadores.

Desenvolvendo a unidade dos trabalhadores, mantendo a coesão da CGTP-IN, agindo com firmeza, reforçando a coordenação das lutas, obteremos vitórias importantes para os trabalhadores.



Precariedade e acidentes na construção civil

Do universo de trabalhadores por conta de outrem no sector da construção civil e obras públicas apenas 22 por cento tem contratos fixos. Os trabalhadores com contrato a termo representam 36 por cento do total e os clandestinos 42 por cento.

Com recibo verde encontram-se 62 mil 225 trabalhadores, num total de

365 mil e 400 em todo o sector.

Agora percebe-se o imenso número de empresários que nós temos.

Em matéria de acidentes, registaram-se 55 mil 113 em 1989. Acidentes mortais foram 76, dos quais apenas um atingiu uma mulher.

Números preocupantes para um sector onde tradicionalmente a exploração é desenfreada.

Viúvos em igualdade

Foi publicado no «Diário República» o diploma que reconhece o direito dos viúvos à pensão de sobrevivência, colocando-os em igualdade de circunstâncias com as viúvas.

A medida, agora adoptada, satisfaz uma reivindicação antiga da CGTP-INT que sempre considerou ina-

ceitável uma discriminação legal desta natureza, por via da qual se prejudicava não só o cônjuge sobrevivente homem como todo o restante agregado familiar.

Esta conquista é também fruto das negociações tripartidas que decorreram no âmbito do CPCS e onde a CGTP-INT teve papel relevante.

Escola profissional Bento de Jesus Caraça

A abertura da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça é o resultado da conjugação de esforços em sentido de dar resposta à necessidade de formar jovens que possam ingressar no mundo do trabalho com uma qualificação que os realize em termos profissionais e simultaneamente contribua para suprir a falta de quadros intermédios qualificados, de Portugal carece.

Desde há vários anos que a CGTP-Intersindical Nacional considera o ensino a formação profissional como áreas de prioridade estratégica, na óptica de desenvolvimento económico e social e do combate ao défice tecnológico e educacional no nosso país.

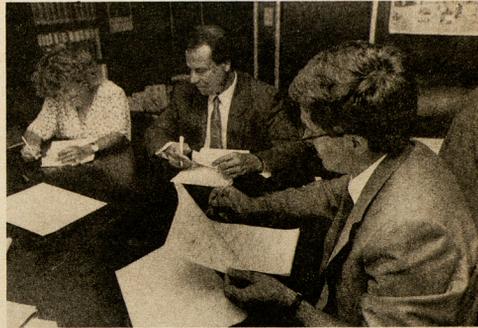
Esta preocupação insere-se numa outra não menos importante, que tem directividade a ver com a vontade de contribuir para a realização pessoal e profissional dos jovens.

A Escola Bento de Jesus Caraça é a maior Escola Profissional a entrar em funcionamento neste ano lectivo 90/91.

Dela fazem parte 175 aulas, e da sua estrutura multipolar resultam delegações em Lisboa, Porto, Barreiro, Beja e Setúbal.

O seu corpo docente é composto por cerca de 80 professores, técnicos especialistas, monitores e técnicos especializados.

A existência de duas tur-



mas em horário pós-laboral, e a proposta apresentada ao Ministério da Educação no sentido de virmos a abrir outras duas, na área da Informática, são, pensamos nós, indicadores da vontade existente no sentido de virmos a contribuir para a melhoria das habilitações profissionais e académicas daqueles que hoje em dia já desempenham uma profissão.

Esta aposta da CGTP é, em certos casos, uma aposta de e para o futuro. Daí que reafirmemos a nossa disposição em tudo fazer para que a Escola Bento de Jesus Caraça seja uma escola de sucesso e de prestígio para quem a frequente.

OLGA AREOSA

Notas Biográficas

Bento de Jesus Caraça nasce em 1901 em Vila Viçosa. Ingressa no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras em 1916 e três anos depois é nomeado 2.º assistente.

A sua ascensão intelectual é imparável e em 1927 é nomeado professor catedrático, tendo regido as primeiras cadeiras até 1946.

Entretanto, funda, com outros dois professores, o Centro de Estudos de Matemáticas Aplicadas a Economia e Lança a «Gazeta Matemática». Em 1941 cria

a «Biblioteca Cosmos», de que foi o único director e é eleito presidente da Associação Luso-Espanhola para o Progresso das Ciências.

Em 1946 é demitido do cargo de professor catedrático, mediante processos disciplinares.

É esta figura de intelectual, de professor de matemática de grande nível, de resistente antifascista e combatente contra o obscurantismo reaccionário que é homenageada.

A evocação da sua memória é um incentivo para o progresso dumha sociedade portuguesa democrática, realizada e feliz.



HOROSCOPO DO MES



CARPEIRO (21.3 a 20.4)

Há intriga, mistério, no seu bolso. Mete a mão, procura dinheiro, mas encontra palavras lindas, de encanto — sinais de percentagem (%) e de subtração (-). «Cum rati! Foi assaltado e anda com coisa gozado. É de cabo de esquadra!» — diz si para si para si. Indignação mel contida, corre a pedir perdão ao seu sindicato. O Enigma é destilado as palavras pertencem ao Governo; os estranhos são à parte do seu salário que, sem você dar conta, foi comida pela inflação. Exija reposição.



TOURO (21.4 a 20.5)

Há pessoas que são danadas para a brincadeira. Beneficiando dumha conjugação astral favorável e estando protegidas por ascendentes cosmicamente bem colocados, levam a vida a reinar. Você, ao invés trabalha horas que na Europa já estão fora de uso, volta a casa cansado e, quando chega o fim do mês, é um despozo. Por muito que lhe apeteça ir ao teatro, ao cinema, à bola ou dar um passeio ao fim-de-semana, não o pode fazer, porque as vacas são mágicas. Isto tem que mudar. Consiço a ajudar. Está escrito no Zodíaco.



GÉMEOS (21.5 a 21.5)

Diz um Gémeo para o outro: «Tu és aquilo que eu devia ser...». E, zás, pegam-lhe uma bofetada. O agrado responde com um murro. O primeiro foi buscar uma pedra e partiu a cabeça ao segundo. Este agarrou num arco e cravou-lhe uma flecha numa perna. Em resposta recebeu um tiro num braço. Correu por uma granada e, com o braço só, arremessou-a ao irmão. No dia em que um deles desintegrou um átomo em cima do outro, a Terra rachou e engoliu-os. Moral da história: vamos lá ter juízo, irmãos!



CARANGUEJO 22.6 a 22.7

As comemorações dos 20 anos da CGTP-INT empolgaram-no. António Gedeão e Manuel Freire recordaram-lhe aquilo que desde há muito sabia: o sonho comanda a vida e é tão concreto e definido como outra coisa qualquer. Ficou confirmado que o sonho que, em 1970 nasceu, se tornou coisa, isto é, a realidade forte e inilustre que hoje o Movimento Sindical Unitário. Alegre-se, pois, além de lindo, esse sonho tem sido lucrativo para quem vive do seu trabalho.



LEÃO (22.7 a 22.5)

Este mês, joga ouros, naipes valente. Evite, porém, a tentação de fazer bluf, ou de jogar deslealmente. Modere a ambição acima dos seus méritos e, mais importante ainda, não caia na ratoeira do «orgulhosamente só». Por ter passado à situação de reformado, não se isole. Tem, agora, uma excelente oportunidade de jogar forte e pelo seguro: a interferência. Inscrava-se, debata, reivindique melhores pensões, apoio na aquisição de medicamentos e melhores equipamentos sociais, etc. etc.



VIRGEM (22.6 a 22.9)

O seu alheamento, a sua placidez e o seu enfado são inexplicáveis. Os astros não nos fornecem qualquer sinal justificativo. Quer-nos parecer que essa sua atitude é contra-natura, pois, só por um leraz individualismo — e o homem é um animal social, por definição —, continua encerrado na sua torre de marfim. Ainda está a tempo de corrigir essa sua propensão, pois a vida, cá em baixo, continua a correr e as pessoas a lutar pelos seus interesses. Se não é pedir muito, desça até elas.



BALANÇA (22.9 a 22.10)

O seu sentido de justiça anda um tanto ou quando abalado, desequilibrado mesmo. Então, não o iram já a defender que «isto» só melhora quando acabarem com as greves, quando os patrões tiverem mais livres para despedir sempre que lhes aprouver, pois de gestão entendem eles, quando se trabalhar mais horas que o país ande para a frente! Nem parece ser. E, se for, o melhor é dispensar os pratos a uma fanfara dos bombeiros voluntários.



ESCORPIÃO (22.10 a 22.11)

A sua vida deu mais uma volta de 365 dias. Cumpre, por estes dias, mais um ano cheio de participação, envolvimento, imaginação e futuro. Mas não vai receber a prenda que a sua dedicação merecia. Os seus amigos disseram o avisaram, de antemão. Acharam que não tinha unhas para tocar tão delicado instrumento. Não desespere, contudo, pois Roma e Paris não se fizeram num dia e, se tiver razão, ela há-de vir ao de cima como azeite na água. E você subirá com ela.



SAGITÁRIO (22.11 a 20.12)

Sagitário é teimosia. Virtude ou defeito, depende da situação, dos valores em que faz finca-pé e da posição do receptor. Por exemplo, teimar em defender a unidade para que haja mais justiça social, maior fraternidade e igualdade, é agir aviadamente. Não será avisado porque os outros pensam pela sua cabeça e não par de elogiar o seu ombro. Uma maior maleabilidade ir-lhe-á bem à mente e ao carácter.



CAPRICÓRNIO (22.12 a 20.1)

Os nativos deste signo são assim e ninguém lhes pode levar a mal. Trabalham e são bons a trabalhar. Mas são igualmente bons a fazer contas. E é esta a altura em que rapam de lápis e papel e fazem o cômputo do que produziram, do que ganharam e do que perderam. X do salário actual, mais Y da inflação, mais Z do aumento de produtividade = salário para o próximo ano. Elementar, meu caro Watson. E são os capricornianos são pessoas simples e, mesmo assim, há quem não goste deles.



AQUÁRIO (21.1 a 19.2)

A grande virtude dos nascidos no Aquário é a transparência, virtude democrática, por excelência, que faz com que, para si, publicar o que faz seja acto natural. Está-lhe no sangue, como se diz: «Aguas-lvas e todo não é com o acuriano. Corrupção, peculato, clientelismo político, demagogia e publicidades feitas pelo público não fora de si. E é bom que ainda haja quem se sinta, que é sinal que é filho de boa gente.



PEIXES (20.2 a 20.3)

Está a viver momentos de expectativa. O caso é que manda a ordem marítima que, todos os anos, no começo do Outubro, se juntem à mesma mesa representantes da Administração das Águas, do grupo trabalhador e do grupo empregador. Serve o conclave para acertar a política de rendimentos e, na medida do possível e porque o orientarmente é democrática, procurar melhorar a situação dos mais desfavorecidos e atenuar as desigualdades. Será desta? — pergunta você. E pergunta bem. A resposta segue dentro de momentos.

Reformados organizam-se

O dia D dos reformados é a 10 de Novembro, data da sua primeira conferência. Com o lema «a certeza de viver melhor», a INTEREFORMADOS veio para ficar, está viva, forte e recomenda-se.

A primeira Conferência de Reformados da CGTP-IN vai-se realizar a 10 de Novembro na Voz do Operário em Lisboa. Desta conferência sairá a INTEREFORMADOS que, na opinião dos organi-

zadores, surge da necessidade dum maior intervenção dos reformados, dum melhor conhecimento das suas necessidades e dum maior capacidade reivindicativa.

Serão aprovados o projecto de regulamento e o anteprojecto de plataforma reivindicativa. Em destaque estarão os

direitos constitucionais e a protecção social na velhice, o ataque e o financiamento da Segurança Social, as reformas progressivas, antecipadas e as pré-reformas, a qualidade de vida, a integração social e a organização dos reformados.

Recorde-se que existem 1,4 milhões de pessoas com 65 anos e mais em Portugal e que um dos aspectos mais

positivos da evolução demográfica actual é a do progressivo alongamento da vida humana.

O envelhecimento da população continuará a verificar-se nas próximas décadas. As projecções apontam para que em meados da próxima década a população com 65 anos ou mais representará cerca de 20,6 por cento do total.

CGTP-IN - 20 anos Força e pujança

As comemorações do 20.º aniversário da CGTP-IN foram uma demonstração de pujança, de vitalidade e de força daquela que é a maior e mais interventiva organização social portuguesa.

A semana anterior e seguinte a 1 de Outubro conheceu uma vasta movimentação de trabalhadores em todo o País a festejar os 20 anos da sua central sindical.

Foi um momento de festa e de alegria, mas também uma oportunidade para a reflexão do que em 20 anos

se alcançou — e foi muito — e o que falta alcançar.

Manuel Carvalho da Silva sintetizou assim a actividade desenvolvida pela CGTP-IN: «Primeiro demos um contributo essencial para a concretização do sonho de liberdade que animava os portugueses; depois, desenvolvemos o trabalho para dar corpo aos ideais do 25 de Abril e para realizar profundas transformações na sociedade portuguesa; por último, defendemos os direitos e as conquistas consagradas na Constituição e na lei e projectamos o futuro numa perspectiva de desenvolvi-

mento e de progresso social e continuamos a contribuir para a construção dum sociedade de grande dimensão democrática.»

Nas várias intervenções que fez, nos diversos actos comemorativos em que participou, Carvalho da Silva fez questão em salientar que a CGTP-IN tem um projecto sindical e uma prática no campo reivindicativo que colhe a confiança dos trabalhadores.

As comemorações acabaram por ser uma grande jornada de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores. Uma demonstração de força e de unidade.



Na inauguração da Expo-20 anos Felicito a coragem

O que é importante, a meu ver, é que durante vinte anos uma organização como esta, representativa de grandes camadas dos trabalhadores portugueses, se tenha vindo a implantar progressivamente na vida nacional, a ganhar as suas raízes, e a ter a expressão democrática que hoje tem na sociedade portuguesa. E, é justamente por isso, que eu vim aqui para, como re-

presentante dos portugueses, felicitar a Intersindical por tudo aquilo que tem feito em favor da defesa dos trabalhadores, mesmo o quando isso tem um conteúdo polémico, visto que numa sociedade desenvolvida, como nós pretendemos ser a nossa, numa sociedade de tolerância, de bem-estar e de liberdade, é preciso que as pessoas exprimam as suas próprias ideias, te-

nham coerência na sua defesa e, por isso eu só posso felicitar aqueles que ao longo dos anos com verticalidade, com coragem, com empenhamento, têm vindo a lutar em favor dos interesses dos trabalhadores, ainda que de algumas vezes eu, como se sabe, não tenha estado de acordo com eles.

DR. MÁRIO SOARES
Presidente da República

Reforma social profunda

E quando olhamos para a nossa sociedade e constatamos que há crescimento económico e que os trabalhadores têm sido os primeiros beneficiários desse crescimento económico nós queremos também aproveitar a oportunidade para deixar a mensagem de que acreditamos, de que temos a certeza, que é possível um Portugal democrático, um Portugal desenvolvido, um

Portugal simultaneamente solidário e soberano e temos muita confiança, que é possível atingir este objectivo com a melhoria do nível de vida dos trabalhadores, designadamente os seus salários e as suas condições de trabalho e também, com a reforma social profunda que esta sociedade está a necessitar.

CARVALHO DA SILVA
Sec. Coordenador da CGTP-IN



CGTP-IN em Marrocos

Uma delegação da CGTP-IN visitou Marrocos, a convite da União Marroquina do Trabalho, no final do mês passado. Da agenda do encontro constou a situação dos emigrantes dos dois países na Europa e o estudo de hipóteses de cooperação técnica, assim como a análise da situação socioeconómica dos dois países e a acção dos respectivos movimentos sindicais.

Acidentes de trabalho

Segundo o Ministério do Emprego e Segurança Social, o número total de acidentes de trabalho registados no primeiro trimestre deste ano atingiu 74 144 trabalhadores o que representa uma subida de 1,5 por cento em relação ao mesmo trimestre do ano passado e uma baixa de 3,7 por cento face ao último trimestre de 1989.

Nos últimos anos, os sinistros têm revelado tendência para descer no primeiro trimestre de cada ano, comparativamente com os últimos três meses do ano anterior.

Os direitos mais afectados continuam a ser o Porto (21 por cento), Lisboa (20,7 por cento), Aveiro (10 por cento), Braga (9,2 por cento) e Setúbal (6,2 por cento).

Os ramos de actividade que registam mais sinistralidade são as indústrias transformadoras, com 48,7 por cento, construção e obras públicas com 18,4 por cento e comércio, restaurantes e hotéis com 9,9 por cento.

Homens à frente

Na corrida aos aumentos salariais os homens continuam à frente das mulheres.

Como o diz o Ministério do Emprego que adianta que enquanto a remuneração base subiu 71,6 por cento para os homens, nos últimos cinco anos, para as mulheres ficou-se nos 69,6 por cento.

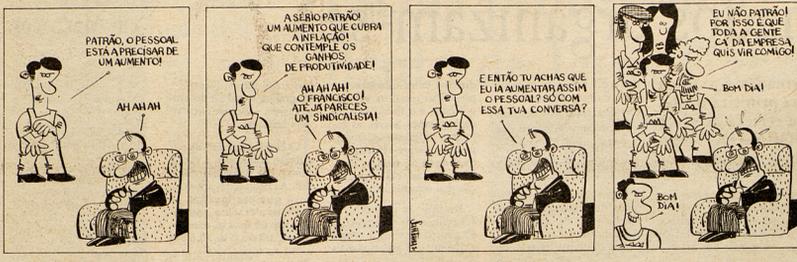
Ficamos a aguardar o que se passará quando os aumentos forem justos.

EDP contra interesses da região

O Conselho de Gerência da EDP manifestou a intenção de extinguir o centro de distribuição da Lousã, transformando-o numa agência produtora e distribuidora de energia eléctrica. A intenção causou um sentimento de repúdio que extravassou o universo laboral da empresa.

Sindicatos, autarquias, indústrias, comerciantes, e população em geral, não só daquele conselho mas de outros, reagiram negativamente à proposta e tomaram as várias medidas para que ela não se venha a efectuar, perante a intransigência da EDP.

O centro distribuidor da EDP da Lousã é importante para o desenvolvimento da região.



Desagravamento da carga fiscal

É só fumaça

O desagravamento da carga fiscal, anunciada pelo Governo, é muito ténue. Quase não se dá por ele. Mas, com os impostos indirectos, quem vai lucrar é o Governo.

Final, tanta pompa e circunstância e tudo não passa de fumaça.

O Primeiro-Ministro vem à televisão, aos jornais e às rádios e anuncia importantes desagravamentos da carga fiscal sobre os rendimentos salariais.

O pessoal exultou e vai analisar a questão. Erro crasso: afinal não há razões para tanto contentamento. Como a felicidade é efémera!

Antes de mais, esclareça-se que as reduções do IRS no Orçamento de Estado para 1991 constituem um objectivo que foi colocado às negociações do acordo económico e social pelo grupo trabalhador do Conselho Permanente de Concertação Social. Significa isto que as alterações que o Governo tenciona introduzir no IRS são o resultado dessa negociação.

As alterações anunciadas não determinam a redução da carga fiscal do conjunto de impostos. É mesmo de prever que o aumento da carga fiscal com os impostos indirectos, que não atendem à situação social

do contribuinte, venha compensar, com ganhos para o Governo, os efeitos das alterações no IRS. Quer isto dizer que a carga fiscal irá globalmente aumentar em 1991.

Nas contagens que apresento a comunicação social, o Governo ignorou um factor fundamental para os cálculos do desagravamento fiscal, ao considerar que os rendimentos de 1990 se manteriam inalterados em 1991, como se não houvesse inflação e actualizações salariais correspondentes.

Em suma, o desagravamento anunciado é muito ténue. Refira-se como exemplo que um casal com um filho, que tenha um rendimento bruto em 1990 de 1250 contos, verá incluído a carga fiscal sobre os seus rendimentos em 3,3 por cento. Se actualizarmos os seus rendimentos para 1991 em 15 por cento, verificamos que, com a proposta do Governo, a redução da carga fiscal se cifre em apenas 0,3 por cento. Pouco. Muito pouco.

BOLETIM METEOROLOGICO

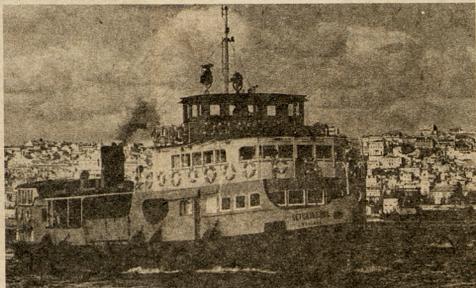
Nos meses finais do ano é tradicional que a frente quente «negociações» se instale em todo o território. Prevê-se que esta frente cause perturbações sérias no clima morno que se vive. A instabilidade resultante vai originar mau tempo com nuvens negras e baixas nas empresas, a menos que o anticiclone «salários» entre em fase de enchimento.

A não inverter o rumo, é provável que toda a região da Administração Pública seja sacudida por nuvens e ventos ciclónicos, devido a uma deslocação para a direita da frente oclusa «Orçamento de Estado».

A registar ainda uma depressão muito cavada em toda a zona das empresas públicas.

Arregens fortes de descontentamento assolarão o país. Cén geralmente muito nublado para as bandas do Governo.

Posto isto, aproveitem o Verão de S. Martinho. Boas castanhas!



Transportes Reivindicações comuns

O sector dos transportes começa a estar farto. Vai daí, une-se e apresenta propostas reivindicativas comuns, que passam por aumentos salariais na ordem dos 20 por cento, 40 horas no máximo, redução da idade de reforma e outras.

Mas, para eles, é toda a política de transportes que está em causa.

As Federações sindicais dos Transportes Ferroviários, Rodoviários, do Mar e o SITA-

VA reuniram e decidiram entregar ao Governo uma plataforma reivindicativa comum e solicitar para o efeito uma reunião ao ministro dos Transportes onde serão abordadas três grandes questões que se prendem com a política de transportes, a negociação colectiva no sector para 1991 e a segurança nos transportes.

As organizações sindicais apontaram já objectivos em

materia reivindicativa para 1991, que passam por aumentos salariais de 20 por cento, pela redução da duração normal de trabalho para um máximo de 40 horas semanais, a correcção e resolução de situações injustificadas de precariedade no emprego e a redução da idade de reforma para algumas profissões de desgaste rápido.

Quando à política de transportes, as federações exigem a rápida tomada de posse da representação sindical no Conselho Superior de Transportes e registam e

condenam o esvaziamento da componente social da política do Governo.

Os sindicalistas denunciam ainda a falta de transparência e rigor nos processos de privatização no sector, que assumem o carácter escandaloso de processos de entrega a preço de saldo.

Consideram estas estruturas que a acção do ministro da tutela nos últimos anos tem desempenhado um papel negativo, constituindo factor de conflitualidade no sector, situação que importa evitar e corrigir.

Administração Pública

Chega de baixos salários

Os trabalhadores da administração pública poderão vir a convocar greves para apoiar as suas reivindicações, caso se mantenham as inaceitáveis propostas do Governo.

Na altura em que estamos a fechar esta edição, a contraproposta do Governo é de um aumento de 11,5 por cento, o que fica muito aquém dos 17,5 reivindicados pelos 22 sindicatos que se uniram em torno de uma plataforma reivindicativa.

A proposta do Governo perspectiva nova perda de poder de compra dos trabalhadores. Por outro lado, o Governo recusa corrigir as perdas verificadas na administração pública em 1990, as quais se cifraram em cerca de 5 por cento.

Acresce a tudo isto que a situação apresentada pelo Governo quanto ao descongelamento dos escalões do Novo Sistema Retributivo da função pública e perspectivas de progressão nas carreiras são pouco claras e,

nalguns casos, inaceitáveis. Os sindicatos exigem ainda o esclarecimento de qual a posição do Governo sobre o direito de participação e de negociação colectiva, redução dos horários de trabalho, formação profissional, política fiscal e propriedade intelectual.

Ao lutarem pelas reivindicações, os trabalhadores estão a contribuir para uma administração pública melhor e para que o Estado cumpra as suas obrigações sociais.

União de Setúbal em Congresso

A União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal realizou o seu 3.º Congresso a 16 e 17 de Novembro no Fórum Luís Todi em Setúbal.

O Congresso, que tem como lema «DESENVOLVIMENTO-TRABALHO COM DIREITOS», vai debater o quadro geral de desenvolvimento da acção sindical e traçar as perspectivas para os próximos três anos. Vai, por outro lado, discutir o papel da União dos Sindicatos como estrutura regional da CGTP-IN.

O projecto de «Programa de Acção» está já a ser discutido com os trabalhadores. Ai defende-se o reforço do movimento sindical unitário como factor indispensável ao desenvolvimento da região», ao mesmo tempo que se reclama um desenvolvimento económico e social integrado e participado e a dignificação do trabalho e a observância dos direitos dos trabalhadores.

Lobby Europeu das Mulheres

A Dra. Ana Vale, representante da CGTP-IN no Conselho Consultivo da Comissão da Condição Feminina, foi eleita presidente do novo Lobby Europeu das Mulheres, recentemente criado em Bruxelas.

Este Lobby é uma organização autónoma que reúne mulheres de Norte a Sul da Europa, dos mais diversos quadrantes e opiniões políticas, filosóficas e de todas as origens sociais. Tem como objectivos acompanhar a evolução de projectos e medidas jurídicas no domínio da igualdade e outros, pressionar para que as políticas sociais e económicas não ignorem as necessidades das mulheres e encorajar o seu recrutamento e a sua promoção para postos de responsabilidade.

Representantes da CGTP-IN eleitos no CES

Vasco Cal e Augusto Silva, representantes da CGTP-IN no Comité Económico-Social foram eleitos para importantes funções, para o biênio de 1990/1992.

O Dr. Vasco Cal, que no biênio anterior já fora presidente da secção de desenvolvimento regional, foi agora eleito por unanimidade presidente da secção dos Assuntos Sociais, da Família, da Educação e da Cultura, uma das mais importantes da CES.

Augusto Silva foi, por sua vez, eleito para o Bureau da secção do ambiente, da saúde pública e do consumo.